

Introdução

Avis. Sede de ordem militar, nome de dinastia de reis. Dos tempos gloriosos pouco resta, a não ser a ruína do convento, duas igrejas, parte das muralhas, 3 torres... No século XVIII era já uma vila obscura, perdida no meio do Alentejo, sem grande interesse para os grandes senhores que das suas terras recebiam rendas. Nos finais do Antigo Regime, Avis e seu termo apresentava grande parte das características que manteve e cristalizou nos dois séculos seguintes: uma estrutura agrária muito concentrada, um grupo coeso e homogéneo de senhores da terra (nesta altura ainda maioritariamente por arrendamento), e uma elevada percentagem de mão-de-obra assalariada.

Ao longo do século XIX a grande diferença consistiu na passagem dos referidos rendeiros a grandes proprietários. As fontes consultadas permitiram constatar a forte continuidade de um grupo muito reduzido de famílias nas posições de maior relevo das instituições de poder local, nomeadamente a câmara e a Misericórdia. O domínio político das elites fundiárias locais manteve-se inalterado durante pelo menos dois séculos e atravessou várias revoluções, incluindo três mudanças de regime político: do Absolutismo para o Liberalismo, da Monarquia para a República e desta para o Estado Novo.

Estas elites locais, suas redes de sociabilidade e comportamentos foram analisadas ao pormenor na tese de dissertação de Mestrado em História Social Contemporânea, orientada pelos Profs. Doutores Nuno Gonçalo Monteiro e António Costa Pinto e defendida no ISCTE em 1997, com o título *Elites Sociais Locais Alentejanas: Continuidade e Mudança. Avis 1886 – 1941*; a qual foi publicado pela Editora Colibri no mesmo ano¹. Nesse trabalho estava já subjacente uma tentativa de entendimento da sociedade alentejana, com a descrição de modos de vida e comportamentos sociais e políticos de grupos que evidenciavam clivagens sócio-profissionais praticamente intransponíveis. Se na tese de mestrado aprofundei o estudo das

¹ Maria Antónia Pires de Almeida – *Família e Poder no Alentejo. Elites de Avis – 1886-1941*, Edições Colibri, Lisboa, 1997. No âmbito deste Mestrado foram produzidos outros trabalhos sobre o tema das elites locais, como por exemplo: Carla Sofia A. Faustino – *A Elite Política de Arraiolos, 1890-1918*, Dissertação de Mestrado em História Social e Contemporânea, ISCTE, Lisboa, 1997; João Manuel Pereira – *Elites Locais e Liberalismo. Torres Vedras 1792 – 1878*, Dissertação de Mestrado em História Social e Contemporânea, ISCTE, Lisboa, 1997; Zélia Pereira – “Estruturas Agrárias, Sociedade Local e Poder Municipal em Almada (1827)”, *Anais de Almada. Revista Cultural*, 2, 1999, pp. 121 – 156; Jacinta Simões – *Uma Freguesia Rural do Baixo-Alentejo: a aldeia de Brinches entre 1838 e 1870. Aspectos demográficos e sócio-económicos*, Dissertação de Mestrado em História Social Contemporânea, ISCTE, Lisboa, 1997; Ana Paula Torres – *As elites políticas de Oeiras (1908-1926)*, Dissertação de Mestrado, ISCTE, Lisboa, 1999; Venerando Matos – *A Elite Política Republicana no Concelho de Torres Vedras (1907-1931)*, Dissertação de Mestrado, ISCTE, Lisboa, 1998; Teresa Pereira – *Elite Política Municipal e Distrital de Lisboa, 1926-1945*, Dissertação de Mestrado, ISCTE, Lisboa, 1998. Felizmente parece estar a ficar

famílias detentoras do poder político e económico, assente na propriedade fundiária, logo de seguida passei à análise das outras classes, ou, nas palavras de José Cutileiro², depois dos *Ricos*, passei ao estudo dos *Pobres*.

Enquanto os antigos senhores das terras não deixaram vestígios da sua presença, tanto nas vilas como nos campos, os grandes proprietários dos finais do século XIX, descendentes dos grandes rendeiros do século anterior, construíram grandes casas e marcaram fortemente a vida local, evidenciando-se a sua permanência de forma bem visível e duradoura. O contraste entre este grupo e o dos trabalhadores, em factores como o estilo de vida, a habitação, o vestuário, a alimentação, o acesso à instrução, aos cuidados de saúde e tantos outros originaram tensões que tiveram respostas diferentes consoante as épocas. No período da Primeira República um forte movimento sindical deu origem a algumas reivindicações, rapidamente reprimidas pela recém-criada Guarda Nacional Republicana. Esse tipo de associação foi imediatamente proibido pelo Estado Novo, acumulando-se de novo durante décadas uma revolta latente que eclodiu com a Revolução de 25 de Abril de 1974, apesar da válvula de escape aberta nos anos 60 com a emigração. No Alentejo, a grande transformação deu-se quando as instituições do poder local, sobretudo as mais visíveis (câmaras municipais, gémios, GNR), perderam a autoridade que anteriormente detinham em ligação com o poder económico. A substituição das elites nos principais órgãos do poder local foi decisiva para colocar em movimento uma engrenagem cujos resultados ninguém podia prever em 1974, mas cuja importância, para os grupos envolvidos, foi decisiva para o destino de várias gerações.

Neste trabalho pretende-se analisar as motivações dos autores do movimento da Reforma Agrária num concelho onde a ocupação de terras atingiu proporções elevadíssimas (infelizmente o estudo comparativo por concelho e por distrito ainda está por fazer) e que assumiu uma atitude de liderança em relação ao resto do distrito de Portalegre³. Para tal desenvolveu-se um trabalho de reconstituição de alguns dos mais importantes factores que estiveram na sua origem, tanto a partir de variadas fontes escritas, nas quais as fontes

desactualizada a frase: “As elites locais, essas desconhecidas”, de José Amado Mendes – “O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos”, *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992, p. 361.

² José Cutileiro – *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*, 1ª edição portuguesa, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1977.

³ A UCP *1º de Maio*, que foi constituída com terras ocupadas nas freguesias de Avis, Alcórrego e Maranhão, foi apresentada durante anos como um exemplo das qualidades da Reforma Agrária, recebendo visitas de todo o país e mesmo do estrangeiro. Por exemplo, na entrada “Reforma Agrária” da *Diciopédia 2002*, 4 CD-ROM, Porto Editora Multimédia, Porto, 2002, a imagem associada ao texto é a da sede desta “cooperativa”.

literárias tiveram um peso considerável, face à escassez de bibliografia e imprensa do período do Estado Novo, como num minucioso trabalho de recolha de memória oral. As entrevistas aos actores desta história que se pretende contar constituem a base desta análise. Dar a voz aos intervenientes de forma rigorosa e (o mais possível) isenta foi um dos objectivos do trabalho desenvolvido, o que se espera ter sido alcançado.

A leitura da bibliografia sobre o tema, e o apoio da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política, constituíram o suporte teórico necessário para contrabalançar o que João Ferreira de Almeida classificou de “hiperfactualismo empirista”⁴, ajudando naturalmente a arrefecer as emoções relacionadas com o tema e a criar o distanciamento necessário para estabelecer comparações e descobrir até um grande número de semelhanças entre os diversos actores desta história. Por mais inverosímil que possa parecer, o resultado final da recolha da memória oral demonstrou um traço de união entre todos os grupos em conflito: um enorme sentimento de frustração generalizada, uma tristeza profunda com todo o processo e principalmente com o estado actual do Alentejo. Está muito presente a imagem da desertificação rural, do envelhecimento das populações, do abandono da agricultura, da falta de um futuro digno para o meio em causa. Os “culpados” variam consoante o posicionamento político, mas grande parte das responsabilidades ainda radicam nas mesmas causas que moveram todos os grupos envolvidos no processo da Reforma Agrária. Ninguém ficou satisfeito, ninguém ganhou com o movimento, e sobretudo nenhum grupo social melhorou as suas condições de vida como consequência directa das ocupações de terras.

A componente de recolha etnográfica não faz desta obra um estudo antropológico. Apesar do objectivo comum de retratar uma comunidade como um todo, os estudos na área da História abordam as mudanças enquadradas no tempo, enquanto os sociólogos e antropólogos limitam-se geralmente ao estudo da mundaça em si⁵. A História Local fica contudo muito enriquecida com os elementos e os métodos emprestados por estas ciências. Em todo o caso, é sempre necessário não perder a preocupação com a perspectiva histórica. Neste trabalho há

⁴ João Ferreira de Almeida – “Sobre a monografia rural”, *Análise Social*, vol. XIII (52), 1977, p. 803. Este autor reconhece a validade do trabalho de campo: “Contra as tentações do dedutivismo teórico mais ou menos disfarçado, é necessário reafirmar que a produção do conhecimento supõe o trabalho no terreno, a investigação empírica.” Porém, também afirma que “há que procurar percursos teóricos alternativos e explícitos que dispam o método monográfico de certos pressupostos habituais do seu accionamento”. São estes *erros* das monografias rurais que eu pretendi evitar. Quanto à pertinência da integração da Sociologia, da Etnografia, e de todas as outras ciências que lhe são associadas num trabalho que se pretende ser de História, ver José Madureira Pinto – “A etnologia e a sociologia na análise de colectividades rurais”, *Análise Social*, vol. XIII (52), 1977, pp. 805-828.

⁵ Sobre este tema ver Maria de Fátima Brandão e Rui Graça Feijó – “Entre textos e contextos: os estudos de comunidade e as suas fontes históricas”, *Análise Social*, vol. XX (83), 1984, pp. 489-503.

mesmo uma certa insistência na localização temporal, com a apresentação de cronologias pormenorizadas, assim como uma definição espacial muito precisa. O limite geográfico é o do concelho de Avis, com as suas 8 freguesias povoadas de indivíduos com nomes, casas, famílias e opiniões que são públicas. Como disse António Barreto, os movimentos ditos de massas forçam os indivíduos a sair do anonimato⁶, portanto os líderes locais são nomeados, algo a que tiveram de sujeitar-se a partir do momento em que deram a cara num movimento popular e assumiram cargos públicos. No enquadramento institucional local foram presidentes da Câmara, das juntas de freguesia, das cooperativas, etc.

Também não pretendi fazer generalizações. O caso de Avis no período de transição estudado seguiu um padrão de comportamentos que revelou numerosas semelhanças com o resto do Alentejo, sem dúvida. Mas revelou também diferenças, originalidades, que se podem comparar com o distrito e a região nos aspectos institucionais, mas ainda não com as motivações mais profundas dos seus intervenientes, pois essa recolha ainda não se fez de forma sistemática. Assim como também não se realizou ainda a cronologia e o desenvolvimento factual das mudanças de poder e das elites políticas locais no período de 1974/76 no resto do Alentejo, para não falar do resto do país. Neste trabalho está incluída essa recolha de fontes realizada nos restantes 14 concelhos do distrito de Portalegre, com o objectivo de apurar as alterações das respectivas elites, a nítida mudança nas categorias sócio-profissionais dos seus membros e alguns elementos de singularidade do concelho de Avis, assim como os respectivos comportamentos eleitorais posteriores, que revelaram a maior semelhança deste concelho com os distritos de Beja e Évora do que com o distrito que está inserido⁷.

Para o tema da Reforma Agrária são incontornáveis as obras de Afonso de Barros⁸, de Oliveira Baptista⁹, assim como a obra minuciosa em 7 volumes dirigida por António Barreto. O mesmo se passa com alguns autores estrangeiros que presenciaram o movimento, como Nancy Bermeo ou Michel Drain. Curiosamente nenhum destes autores é historiador. Apenas

⁶ António Barreto – *L'État et la Société Civile au Portugal. Révolution et réforme agraire en Alentejo, 1974-1976*, Tese de Dissertação (...), Gradiva, Lisboa, 1986, p. 14. A versão portuguesa, reduzida, foi publicada sob o título *Anatomia de uma Revolução. A reforma agrária em Portugal 1974-1976*, in António Barreto (dir.) – *A Reforma Agrária*, 7º vol., Publicações Europa-América, Mem Martins, 1987.

⁷ Tema desenvolvido por Maria Antónia Pires de Almeida em “As Elites Municipais e a Revolução: Portalegre 1941-1997”, in António Costa Pinto e André Freire (org.) – *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Celta Editora, Oeiras, 2003, pp. 9-42. Sobre as elites políticas centrais, ver Rita Almeida de Carvalho e Tiago Fernandes – “A elite política do marcelismo: ministros, secretários/subsecretários de Estado e deputados (1968-1974)”, *ibidem*, pp. 67-96.

⁸ Afonso de Barros – *A Reforma Agrária em Portugal. Das ocupações de terras à formação das novas unidades de produção*, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, Oeiras, 1979.

no final dos anos 90 é que começaram a ser escritas algumas teses no âmbito de mestrados e doutoramentos em História, geralmente muito localizados, como é o caso desta. Provavelmente só depois de várias teses semelhantes, mas abordando outros concelhos, outras freguesias, outros distritos, então poderá pensar-se em escrever a definitiva História da Reforma Agrária Portuguesa.

Quanto à pertinência do tema, não se pode ignorar que o Alentejo sempre foi uma região muito pouco povoada. No entanto este mal não é novidade e mesmo assim ao longo dos séculos a bibliografia sobre os seus problemas e respectivas tentativas de solução é vastíssima, quase infindável. Além do papel que repetidamente lhe foi atribuído de “celeiro de Portugal”, o Alentejo foi ao longo dos séculos responsabilizado pela alimentação da capital, tanto de carne e outros derivados da pecuária, como de matérias-primas importantes para a economia nacional. Este factor do abastecimento preocupou os intelectuais em várias épocas, sobretudo em períodos de crise. Mas era uma preocupação distante sobre uma região vasta e um pouco misteriosa. Os indivíduos que lá viviam nunca ocuparam esse tipo de literatura. Pelo contrário, a sugestão mais frequente era mesmo a mudança das populações do norte para o sul, já que o número de alentejanos parecia insuficiente para quem os via à distância.

Mesmo com tão pouca população, não podemos esquecer que esta região ocupa 41% do território nacional¹⁰ e foi palco de um movimento absolutamente inédito e inovador do ponto de vista legislativo e social. Como estudar o Alentejo sem estudar a Reforma Agrária? Como falar de uma sociedade na qual esse tema esteve latente em períodos tão diversos ao longo da história? Como descrever os grupos sociais sem ligar aos seus conflitos? Não há certamente um único alentejano com mais de 30 anos que não tenha sido marcado por esse fenómeno. Quando se diz que o tempo sara todas as feridas, os testemunhos que eu recolhi parecem-me mostrar o contrário. Enquanto houver alguém a contar histórias da sua infância, a passar a tradição oral aos netos, a conversar à lareira (ou lume de chão, como se diz na região) num dia de chuva, os temas que motivaram aquela população para agir no período da Reforma Agrária não se esquecem no Alentejo. Os ressentimentos acumulados ainda estão vivos: as histórias de vida que ouvi no meu presente etnográfico, em 1998, são exactamente

⁹ Fernando de Oliveira Baptista – *Portugal 1975 – Os Campos*, Edições Afrontamento, Porto, 1978.

¹⁰ A ZIRA – Zona de Intervenção da Reforma Agrária – “corresponde a 40,9% da superfície total do continente e apresenta suficiente homogeneidade económica, social e ecológica para que possa ser definido como uma região (...) dominada pela

iguais às que José Saramago ouviu no Lavre em 1976 para escrever o seu livro *Levantado do Chão* e que Alves Redol, Manuel da Fonseca ou Fernando Namora tinham relatado 40 anos antes. Todas repetem as características da sociedade alentejana descritas por Cutileiro em 1971 e por Vale de Almeida em 1991¹¹. Aparentemente, mesmo com a influência de inúmeros factores exteriores como os meios de comunicação muito mais acessíveis, e o tão falado desinteresse dos jovens pelas questões políticas, alguns destes relatos ainda chegam congelados aos eleitores avisenses, predispondo-os para votar à esquerda. Em Avis o PCP e suas coligações ainda vencem as eleições com maioria absoluta (nas eleições legislativas de 10 de Outubro de 1999 o PCP obteve mais de 50% dos votos em apenas dois concelhos: Avis e Serpa¹²).

Além destes factores sociais e locais, a importância política e económica da Reforma Agrária a nível nacional não pode ser negligenciada¹³. Pode afirmar-se que a Reforma Agrária foi um *critical issue* na sua época, usando a classificação de Petras e LaPorte, porque atingiu um sector estratégico, na medida em que envolveu decisões políticas que afectaram o uso ou posse de um recurso económico fundamental, a terra, e o funcionamento geral da sociedade na época¹⁴. Segundo estes autores, um *critical issue* gera conflito entre forças sociais; afecta os interesses de importantes estratos sociais; reordena a sociedade, potencial ou efectivamente. A Reforma Agrária portuguesa apresentou todas estas características na região abrangida. Apesar de se poder dizer que nos anos 70 a agricultura já não era o sector crítico da economia portuguesa, então mais vocacionada para o sector industrial, ou que já não tinha o peso económico que historicamente lhe estava associado, não há dúvida que ainda ocupava uma grande percentagem da população¹⁵, sobretudo nos meios rurais (em 1970 em Avis 76,6% da população activa trabalhava na agricultura, tendo baixado para 55,2% em 1981¹⁶), e abastecia o mercado alimentar e alguma exportação mais especializada. Tal como no final do

contradição que opunha o proletariado agrícola à burguesia latifundiária, antagonismo social por demais vincado e explícito, e onde o conflito social há muito conhecia particular intensidade””, Afonso de Barros – *op. cit.*, pp. 27, 39-40.

¹¹ Miguel Vale de Almeida – *The Hegemonic Male. Masculinity in a Portuguese Town*, Berghahn Books, Oxford, 1996.

¹² Revista do *Expresso* de 16/10/1999.

¹³ Para António Barreto, a Reforma Agrária, “em paralelo com a descolonização, foi certamente a mais profunda mudança provocada pelo processo revolucionário dos anos 1974 a 1976”, ver *Anatomia de uma Revolução...*, p. 332.

¹⁴ James F. Petras and Robert LaPorte Jr. – *Cultivating Revolution. The United States and Agrarian Reform in Latin America* (1971), Vintage Books, New York, 1973, p. 4.

¹⁵ Pop. activa na agricultura em 1973: 24,2%, ver anexo 5.

¹⁶ *Estatísticas Agrícolas*, Distrito de Portalegre, INE, 1960-1974, p. 22 e *Caracterização Económico-Financeira dos Municípios da Região do Alentejo*, Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, Ministério da Administração Interna, Évora, 1983, p. 113.

século XIX, nos anos 60 e 70 do século XX coexistiam ainda “sectores dinâmicos com estruturas agrárias tradicionais, arcaísmos com as inovações mais modernas”¹⁷.

Ao afectar a posse de tal recurso económico, a Reforma Agrária e todo o processo legislativo que lhe esteve associado implicou a alteração do conceito de propriedade, tão vincado no espírito nacional desde o Liberalismo. A teorização sobre legitimação da propriedade fundiária não era novidade: há autores que remetem aos romanos; já Manuel Severim de Faria no século XVII citou Plínio e o conceito de latifúndio. Também a distribuição de terras pelos trabalhadores já tinha sido experimentada em diversas épocas sob a forma de colonização, assim como o conceito de subaproveitamento estava implícito nas várias leis de Sesmarias do século XIV. No entanto, esta foi a primeira vez que se consagrou explicitamente em lei o conceito de sabotagem económica, o qual deu origem a um movimento de ocupação de terras sem precedentes e chegou mesmo a ser considerado um crime punível com a prisão¹⁸. A legislação sobre Reforma Agrária propriamente dita (sobretudo as leis de Oliveira Baptista, Ministro da Agricultura do 4º Governo Provisório de Vasco Gonçalves) inovou principalmente na questão do estabelecimento de limites à superfície da propriedade fundiária, explicitando claramente a intenção de “liquidação do fascismo e das suas bases”, o que implicou, no campo, “a destruição do poder económico e social daquelas camadas”, que exploraram desenfreadamente a “massa dos operários agrícolas” e espoliaram e submeteram os pequenos agricultores. Esta legislação constituiu “um quadro geral de ataque à grande propriedade e à grande exploração capitalista da terra”¹⁹. É claro que isto não pode ser dissociado do movimento de nacionalização de outros sectores estratégicos, como a indústria, transportes e comunicações²⁰. Porém, no meio rural em causa, a principal preocupação que surgiu neste trabalho foi a tentativa de explicação das seguintes questões fundamentais: como reagiu a sociedade avisense numa altura de mudança política nacional? E mais importante ainda: o que levou uma população que viveu e trabalhou durante várias gerações com a cabeça baixa, os olhos no chão e o chapéu na mão, de repente a levantar a cabeça e agir?

¹⁷ Irene Vaquinhas e Margarida Neto – “Agricultura e mundo rural: tradicionalismos e inovações”, in José Mattoso (dir.) – *História de Portugal*, vol. 5º, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, p. 329.

¹⁸ Decretos-Lei nº 660/74, de 25/11/1974 e nº 207-B/75, de 17/04/1975.

¹⁹ Decreto Lei nº 203-C/75, de 15/04/1975, seguido dos Decretos-Lei nº 406-A/75 e 406-B/75, de 29/07/1975, e nº 407-A/75, 407-B/75 e 407-C/75 de 30/07/1975, ver anexo 3 com a Cronologia da Legislação.

²⁰ Decreto-Lei nº 205-G/75 de 16/04/1975.

Naturalmente, o enquadramento revolucionário foi um factor determinante para o tipo de acção verificada e que revelou todas as características dos movimentos sociais descritas por autores como Sidney Tarrow²¹. Contudo, decerto algo mais esteve subjacente ao fortíssimo movimento popular que se desenvolveu. A sua espontaneidade é discutível e foi de facto discutida, como se verá no texto.

Saramago escreveu que “O meu sonho foi o de poder dizer deste livro, quando o terminasse: ‘Isto é o Alentejo’”, mas depois só conseguiu fazer “um livro sobre o Alentejo”²². O meu objectivo não é tão arrojado. Esta tese é sobre o concelho de Avis num período de transição, seus antecedentes e consequências sociais, mas não passa de um retrato, com todas as limitações impostas pela subjectividade da observadora. Só um leitor pouco lúcido me poderia exigir “toda a verdade”. Como seria isso possível se as verdades sobre este tema são tantas quanto o número de indivíduos que sobre ele se pronunciam? Outra grande diferença entre a obra de Saramago e esta dissertação é a eterna desvantagem que os trabalhos académicos têm em relação à literatura: por mais que os historiadores se esforcem, a apresentação de dados nunca é tão agradável de ler. Tanto Saramago como a maior parte dos Neo-Realistas portugueses têm momentos de pura poesia, com passagens de grande beleza estética. Este texto tem apenas a pretensão de ser legível e sobretudo inteligível, de preferência sem constituir grande aborrecimento para o leitor...

I – Organização Temática.

Definido o objectivo de estudar o concelho de Avis no período de transição originado pela Revolução de 25 de Abril de 1974 e a respectiva substituição das elites nos órgãos do poder local, assim como as motivações dos autores do movimento da Reforma Agrária, colocam-se então as hipóteses a desenvolver neste trabalho: a transição do regime afectou a sociedade e as relações de poder locais? Que alterações sociais trouxe a Reforma Agrária, que respostas permanentes? Depois da hipótese passo a explicar o desenvolvimento da tese, expondo os métodos utilizados, estrutura do texto e dos critérios de organização do trabalho de investigação, deixando a síntese para a conclusão. Apesar da fluidez dos limites cronológicos, tanto do início como do fim do período abordado, é perfeitamente legítimo

²¹ Sidney Tarrow – *Power in Movement. Social Movements and Contentious Politics*, 2nd ed., Cambridge University Press, Cambridge, 1998.

²² José Saramago – *Levantados do Chão*, Editorial Caminho, 9^a ed. (1^a ed. 1980), Lisboa, 1991.

estabelecer 3 partes distintas e perfeitamente datadas: o *antes*, o *durante* e o *depois*, cada uma incluindo uma análise da bibliografia mais relevante.

Face à região em causa e às tensões sociais latentes tornou-se imprescindível a compreensão do significado e da discussão ao longo dos séculos da tão repetida “Questão Agrária”. A primeira parte começa, pois, com a análise histórica, bibliográfica e literária deste tema que, no fundo, foi sempre uma questão política influenciada por factores externos, mas que legitimou o trabalho dos legisladores e dos políticos que produziram a Reforma Agrária portuguesa e incentivaram o movimento social que a colocou em prática. A selecção de autores aqui feita foi apenas uma tentativa de sintetizar a questão e apresentar os problemas e as soluções tantas vezes repetidas. Segue-se a análise do concelho de Avis no período político que começa em 1941 (último ano estudado na tese de mestrado sobre o mesmo concelho) e que termina abruptamente com a chamada *Revolução dos cravos*. A descrição do meio estudado e dos grupos sociais que nele coexistiram fundamenta-se na recolha de fontes estatísticas nacionais e locais, como os recenseamentos gerais da população (INE), os recenseamentos eleitorais, actas da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia, para não falar de uma fonte importantíssima para um passado mais longínquo, os Livros de Décimas, nos quais recolhi importantes informações sobre a permanência das elites locais na posse da propriedade fundiária e urbana e no controlo do poder político local. Porém, face à crueza dos números e das listas de nomes e de herdades apuradas, a recolha das fontes orais constituiu um elemento que enriqueceu sem sombra de dúvida a compreensão do tema e das motivações de cada grupo para a acção. Além da recolha directa, consultei diversas obras que reúnem testemunhos orais, como por exemplo as entrevistas realizadas por Acácio Catarino, *et all*, de norte a sul do País em 1977²³; alguns filmes e documentários da RTP realizados nesse período²⁴; a tese de Carlos Borges Pires e Magda Zanoni sobre Albernoa²⁵; a obra de António Modesto Navarro sobre Benavila (concelho de Avis) e Campo Maior²⁶; e ainda um CD intitulado *No Paraíso Real*, com depoimentos, poesias e cantares gravados em freguesias rurais dos concelhos de Borba, Évora, Portel, Odemira, Castro Verde, Ferreira do Alentejo e

²³ Acácio Catarino *et. all.* – *Reforma Agrária Interpela a Igreja*, Multinova, Lisboa, 1977.

²⁴ Por exemplo *A Lei da Terra*, realizado por Grupo Zero, RTP, 1977.

²⁵ Carlos Borges Pires e Magda Zanoni – *Reforma Agrária e Desenvolvimento Económico e Social*, Edições Afrontamento, Porto, 1991.

²⁶ António Modesto Navarro – *Memória Alentejana 2. Resistência e Reforma Agrária em Benavila e Campo Maior*, N. A. Orion, Odivelas, 1978.

Montemor-o-Novo em 1999²⁷. Outra componente essencial foi o contacto com a tradição musical e poética alentejana, da qual foram vozes activas os cantores de intervenção Zeca Afonso, Vitorino, Janita Salomé e o projecto *Rio Grande*.

Qualquer estudo sobre o Alentejo fica incompleto sem ler a obra de Silva Picão²⁸, publicada em 1903 a partir da vivência do seu autor como lavrador (proprietário e rendeiro) do concelho de Elvas. Mesmo alegando que as suas descrições não se podem generalizar a toda a região, não há dúvida que esta continua a ser a mais completa obra de referência sobre a lavoura alentejana em todo o seu esplendor de plena ocupação de mão-de-obra e de diversificação ocupacional, antes da especialização cerealífera que foi introduzida com os incentivos dados pela legislação proteccionista e que reduziu significativa e definitivamente o leque de ocupações agrícolas. Como fonte, esta obra foi utilizada em trabalhos tão importantes como *Alfaia Agrícola Portuguesa*²⁹, *O voo do arado*³⁰ e, mais recentemente, *A Agricultura: Dicionário das Ocupações*³¹. Igualmente incontornáveis são as obras de Leite de Vasconcelos, tanto os 9 volumes da *Etnografia Portuguesa*³², como os artigos do *Boletim de Etnografia*³³, e recolhas pontuais mais recentes, das quais se destacam *Os Comereres dos Ganhões...*³⁴, *Campo Maior. Memória das Minhas Raízes...*³⁵, e outras.

Na segunda parte analisei o período revolucionário de 1974 a 1977 e respectivo enquadramento local e regional, sem esquecer uma abordagem resumida do contexto internacional. Estas datas marcam o período de transição, iniciado com a revolução do 25 de Abril de 1974 e rapidamente assinalado a nível local com a primeira manifestação do 1º de Maio, logo seguido, ainda nesse mês, do pedido de exoneração do presidente da câmara. A instalação da comissão administrativa da câmara, assim como a formação de comissões de moradores e de extinção do Grémio da Lavoura, efectivam o processo de substituição das elites políticas locais. Logo em Fevereiro de 1975 tiveram lugar as primeiras ocupações de

²⁷ “Este disco é um pedaço da história do sul de Portugal alinhavada em textos versificados e em testemunhos orais. É um naco de memória...”, *No Paraíso Real. Tradição, revolta e utopia no Sul de Portugal*, Coord. Paulo Barriga, José Luís Jones, e Paulo Lima, CD audio, Castro Verde, 2000.

²⁸ José da Silva Picão – *Através dos Campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos (concelho de Elvas)*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1983 (edição original de 1903, reeditada em 1947).

²⁹ Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira – *Alfaia agrícola portuguesa* (1ª ed. de 1977), Publicações D. Quixote, Lisboa, 1995.

³⁰ Joaquim Pais de Brito e Oliveira Baptista (coords.) – *O voo do arado*, Museu Nacional de Etnologia, Lisboa, 1996.

³¹ Conceição Andrade Martins e Nuno G. Monteiro (orgs.) – *A Agricultura: Dicionário das Ocupações*, in Nuno Madureira (coord.) – *História do Trabalho e das Ocupações*, vol. III, Celta Editora, Oeiras, 2002.

³² J. Leite de Vasconcelos – *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, 2ª ed. (1ª ed. em 1933), 9 vols., Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1980.

³³ Por exemplo “Espécimes de arte popular alentejana”, *Boletim de Etnografia*, I, Lisboa, 1920, pp. 34-35.

³⁴ Aníbal Falcato Alves – *Os Comereres dos Ganhões. Memórias de outros sabores*, 3ª ed., Campo das Letras, Porto, 1997.

terras, cujo movimento é analisado ao pormenor no que diz respeito à cronologia, legislação, superfícies, formação de cooperativas (mais tarde UCP – unidades colectivas de produção), ocupação de mão-de-obra, acção social, e níveis de participação dos trabalhadores na respectiva gestão. A Reforma Agrária é aqui descrita como o resultado directo da legislação produzida num período de instabilidade a nível nacional, fruto directo da revolução, com características muito próprias, entre as quais se destaca a presença de um líder carismático que dirigia a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Portalegre e que pertencia ao Partido Comunista Português. Estes factos são apresentados para provar uma orientação de topo para a movimentação social e assim contestar a tese comum de que “a R. A. portuguesa foi, em larga medida, o produto da iniciativa e da combatividade do proletariado rural do Sul do País e cujos beneficiários directos foram, com larga predominância, os próprios assalariados agrícolas”³⁶. Se bem que possa ter havido casos de alguma espontaneidade popular nas ocupações de terras noutras zonas do Alentejo, o concelho de Avis foi um caso claro de direcção partidária, com forte peso da propaganda política e do apoio das Forças Armadas, o que o distinguiu de outros concelhos alentejanos onde a aplicação das leis da Reforma Agrária foi muito menos intensa e bastante mais tardia. Só a presença de um líder forte e de um aparelho partidário bem montado justifica a rigorosa aplicação de uma legislação de tal modo radical e a capacidade de mobilização de uma população que à data já não tinha certamente os incentivos para a acção que teria tido vinte anos antes. Isto porque vários factores tinham já contribuído para desmotivar as tradicionais reivindicações dos trabalhadores alentejanos: as tensões sociais tinham sido altamente aliviadas com a emigração dos anos 60 e a introdução de alguma indústria viera proporcionar alternativas de emprego. Simultaneamente, o surto de mecanização da agricultura tinha possibilitado o desenvolvimento de uma nova classe de empresários dinâmicos e criadores de emprego: os chamados “Alugadores de máquinas”, que em Avis ascenderam socialmente.

A análise da imprensa e da bibliografia possibilitou-me um retrato desta fase dramática da vida nacional, caracterizada por uma riqueza ideológica que merecia ser aprofundada de forma mais sistemática em trabalhos específicos sobre os mais variados temas em discussão na altura: foi a época das tomadas de posição mais drásticas, dos debates políticos mais acalorados. Não só estavam marcadas claramente as diferenças entre a direita e

³⁵ Joana Muñoz – *Campo Maior. Memória das Minhas Raízes. Evocação literário-etnográfica*, e. a., Lisboa, 1998.

³⁶ Afonso de Barros – *op. cit.*, pp. 74-75.

a esquerda, mas sobretudo dentro desta última abundavam dissidências. A influência do MES no Baixo Alentejo, por exemplo, foi bastante forte, enquanto em Portalegre o PS dominou. Nestes anos reinventaram-se palavras como *trabalhador*, *operário*, *latifundiário*, *fascista* e expressões como *A terra a quem a trabalha!* Também nesta altura muitos estrangeiros vieram a Portugal observar ao vivo a revolução: foram os “acompanhantes da transição portuguesa no mundo académico”, como Kenneth Maxwell, Philippe Schmitter, Douglas Wheeler e Juan Linz³⁷ e muitos outros como Nancy Bermeo, Michel Drain, Jochen Bustorff, Martin Kayman... Estes últimos, principalmente, ajudaram a difundir uma certa visão utópica do processo da Reforma Agrária, que agora se contesta.

O limite de 1977 tem a ver com a tomada de posse em Janeiro das primeiras câmaras eleitas democraticamente (eleições de 12 de Dezembro de 1976), depois das primeiras eleições legislativas em 25 de Abril de 1976 e das primeiras eleições presidenciais em 27 de Junho de 1976. Estas datas constituem marcos para o encerramento do período da Crise do Estado e para o início da consolidação do regime democrático que culminou com a revisão da Constituição em Outubro de 1982 e o fim da tutela constitucional do Conselho da Revolução³⁸. O ano de 1977 foi marcado pelo início da caminhada de Portugal em direcção à CEE, e pela aprovação da Lei Barreto, o ministro da agricultura que alterou radicalmente o sentido da Reforma Agrária, apesar dos resultados não se terem feito sentir imediatamente. O estudo desta nova fase da vida política local e nacional constitui a terceira parte, na qual se analisa o processo de “Contra Reforma Agrária”, as entregas de reservas e desocupações, a afirmação das novas elites de Avis, e os percursos sócio-profissionais das antigas elites definitivamente afastadas do poder local. Uma componente importante das entrevistas realizadas era a parte final, quando eu perguntava as perspectivas das novas gerações em meio rural. Quase invariavelmente, as respostas revelaram percursos afastados não só da actividade agrícola, mas também do espaço físico do concelho. Face a este panorama, analisam-se algumas actividades económicas complementares e a respectiva viabilidade. No fundo, descrevem-se algumas permanências e mudanças resultantes da transição de regime e

³⁷ António Costa Pinto, recensão do livro de Philippe C. Schmitter – *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, ICS, Lisboa, 1999, *Penélope*, nº 23, Nov. 2000, p. 228.

³⁸ “A revisão constitucional de 1982 consistiu, no essencial, na definição dos novos termos de inserção da instituição militar no Estado Democrático”, José Medeiros Ferreira – “Um corpo perante o Estado: militares e instituições políticas”, in Mário Baptista Coelho – *Portugal. O Sistema Político e Constitucional, 1974 – 1987*, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 1989, p. 445. Em resumo, instituiu a subordinação das Forças Armadas ao poder político.

as respectivas consequências a curto e a longo prazo em cada um dos grupos da sociedade local.

Quanto ao limite cronológico final, o “depois da Reforma Agrária” parece ainda não ter acabado. Ainda há muitos *rendeiros de Sá Carneiro*³⁹ em partes de herdades que já foram desocupadas. Grande percentagem (indefinida pelos próprios serviços centrais que deste processo se ocupam) das indemnizações ainda não foram pagas aos proprietários expropriados. Pode dizer-se que este trabalho tem como termo o fim do século XX, o fim do milénio, que coincide, afinal, com o fim da agricultura no Alentejo como actividade principal, depois de uma morte de lenta que durou algumas décadas.

II – Fontes.

O trabalho de investigação obedeceu a uma calendarização rigorosa. Principiou com a recolha das fontes do arquivo da Câmara Municipal de Avis no Verão de 1998, intercalada com as entrevistas locais e com a consulta dos arquivos das várias instituições locais, como o Grémio da Lavoura, a Casa do Povo, a Cooperativa Agrícola de Avis (fundada em 1965) e a Santa Casa da Misericórdia. Simultaneamente, consultei o cartório notarial de Avis e Vila Franca de Xira, onde levantei as escrituras públicas de constituição e alteração das Unidades Colectivas de Produção do concelho de Avis. Em Évora tive acesso à lista de prédios rústicos expropriados no âmbito da Reforma Agrária, assim como às respectivas portarias de expropriação. Com estes dados foi possível elaborar a extensa base de dados sobre a propriedade rústica ocupada em Avis, a partir da qual construí os quadros e gráficos apresentados na 2ª parte. Saliento a dificuldade no apuramento das datas de desocupação da maioria das herdades, devido ao facto de os processos de indemnização ainda estarem a decorrer, portanto não estarem acessíveis à consulta. A alternativa foi o recurso ao arquivo do Governo Civil de Portalegre, onde a correspondência do governador civil possui algumas informações valiosas, mas muito escassas. Neste arquivo a dificuldade da situação foi agravada pela má vontade dos funcionários locais, muito pouco interessados no desenvolvimento do tema da Reforma Agrária, talvez ainda por razões políticas.

O contacto com a legislação foi iniciado na bibliografia geral sobre o tema. No entanto, a verificação de discrepâncias e a necessidade de rigor científico levou-me a uma

consulta intensiva dos *Diários do Governo* e dos *Diários da República*⁴⁰, nos quais levantei praticamente todas as leis, decretos-lei e portarias respeitantes aos temas do poder local e autarquias, agricultura, mundo rural, políticas de fomento, corporações, trabalho e previdência social. Esta recolha enquadra-se no objectivo de apresentar uma cronologia pormenorizada de todo o processo revolucionário descrito, seus antecedentes e consequências, e é apresentada no quadro do Anexo 3, o qual tem início nos anos 20 do século XX. A escolha desta data obedece ao objectivo de mostrar algumas semelhanças legislativas entre os períodos revolucionários de 1926 e de 1974, assim como a legislação do Estado Novo é apresentada para a análise da respectiva política em relação à agricultura. Ao elaborar este quadro surgiu naturalmente a vontade de incluir tudo e mais alguma coisa, assim como alargar o período cronológico até ao século XIX, porque não até à Lei das Sesmarias? Felizmente o bom senso prevaleceu (espero), sendo o resultado final uma selecção dos temas que mais directamente dizem respeito ao que aqui se desenvolve.

III – Histórias de Vida.

A recolha da memória oral, no fundo uma das principais componentes da investigação, implicou 3 fases distintas:

1. a preparação das entrevistas, com a respectiva fundamentação teórica e metodológica;
2. as entrevistas propriamente ditas;
3. a transcrição das gravações, a análise da linguagem e dos temas recorrentes, e a respectiva integração nos capítulos correspondentes⁴¹.

Vários autores têm usado este tipo de fonte. Praticamente todos os que escreveram sobre Reforma Agrária realizaram um importante trabalho de campo, utilizando o privilégio de contactar directamente com os actores da história que tinham acabado de presenciar. Como diz António Barreto, a recolha da memória oral tem a vantagem de permitir o contacto directo com as testemunhas dos acontecimentos. “Du point de vue des sources, des récits et des perceptions, ceci a une valeur inestimable”⁴².

³⁹ Este processo é desenvolvido no ponto 2 do capítulo 1 da 3ª parte.

⁴⁰ Não posso deixar de voltar a agradecer ao ICS pela disponibilidade da consulta da sua colecção completa da legislação portuguesa.

⁴¹ Salienta-se que as transcrições foram feitas incluindo as variantes do sotaque e mesmo algumas incorrecções ortográficas e gramaticais utilizadas pelos entrevistados, o que teve a intenção de valorizar a riqueza da linguagem regional, e de modo nenhum é usado de forma depreciativa.

⁴² António Barreto – *L'État et la Société Civile au Portugal...*, p. 13.

Muitos viveram com os trabalhadores das cooperativas, participando entusiasticamente nos trabalhos rurais, como foi o caso de Jochen Bustorff⁴³. Este tipo de abordagem do meio rural não é novidade: no início do século XX Léon de Poinsard visitou praticamente todo o país e produziu uma análise bastante realista da lavoura portuguesa (além do sector das pescas e das minas)⁴⁴. No que diz respeito ao Alentejo e Ribatejo, realizou um trabalho de etnografia muito completo, com levantamentos de casos e histórias de vida, inventários de bens e de actividades de membros dos diferentes escalões da sociedade rural analisada, desde o património dum grande proprietário, passando pelo de um lavrador, ao pequeno proprietário que faz trabalho assalariado eventual e ao jornaleiro sem terra. Todo o seu retrato da realidade alentejana está imbuído com a ideologia dos lavradores que lhe mostraram: o Conde de Sobral, grande proprietário de Almeirim; um grande lavrador de Évora, a quem ele chama grande proprietário-agricultor (mas só dá as iniciais MMF); e ainda J. de Mattos Braamcamp, engenheiro. Também visitou e fez o levantamento de casas de jornaleiros e pequenos seareiros em Pias, Beja. Se a tendência ideológica se manifestou com Léon de Poinsard em 1908, mais ainda seria de esperar dos estrangeiros que visitaram o Alentejo no período revolucionário de 1974-76. Este foi o caso de Nancy Bermeo, politicamente marcada por fortes tendências de esquerda. O seu trabalho foi seguido 20 anos depois por Michael Baum, o qual já apresenta um maior distanciamento político.

Nancy Bermeo tinha a intenção de avaliar a participação política dos trabalhadores após a revolução. Para tal entrevistou 180 trabalhadores de Portel, seguindo o método do inquérito com respostas breves (sim ou não) e concluiu que os trabalhadores se tornaram mais activos politicamente pelo facto de terem participado na auto-gestão das cooperativas⁴⁵. O resultado é extremamente questionável por vários factores: para começar, o aumento da participação eleitoral dos trabalhadores foi o resultado de vários factores (adiante desenvolvidos), entre eles o simples alargamento do número de eleitores e de partidos, logo após a revolução. Depois questiona-se a participação dos trabalhadores na gestão das cooperativas e o próprio método usado pela autora nas suas entrevistas (por exemplo, a autora entrevistou apenas homens).

⁴³ Jochen Bustorff – *Diário no Alentejo*, Edições Afrontamento, Porto, 1983.

⁴⁴ Léon Poinsard – *Le Portugal Incommu. Paysans, Marins et Mineurs*, Bureaux de la Science Sociale, Paris, 1910.

⁴⁵ Nancy Gina Bermeo – *The Revolution within the Revolution. Workers' Control in Rural Portugal*, Princeton University Press, Princeton, New Jersey, 1986, p. 216 e questionário na p. 223.

Já em 1933 Leite de Vasconcelos descreveu algumas características das populações rurais em geral: “O povo, e mais que tudo nas aldeias, quando fala com estranhos supõe frequentemente que o iludem, ou lhe pretendem extorquir assuntos que depois sirvam de galhofa nos jornais ou no teatro”⁴⁶. Um homem, em meio rural, ainda por cima alentejano, tradicionalmente reservado, não revela facilmente a sua intimidade aos seus *camaradas*⁴⁷, quanto mais a uma jovem estrangeira tão diferente dele e das mulheres que ele conhece⁴⁸. Não nos podemos esquecer das características arquitectónicas das habitações populares desta região, especialmente no isolamento dos montes: o aspecto das casas lembra pequenas fortalezas inexpugnáveis, com as suas pequenas janelas e paredes muito grossas, sempre caiadas e muito limpas⁴⁹, mesmo que lá dentro se viva com extremas dificuldades. Portanto, a aparência exterior é muito importante e a intimidade é coisa que não se revela facilmente. Também o alentejano emigra menos, tem uma ligação mais forte à terra e uma desconfiança natural em relação aos estranhos; mesmo que tenha algo a dizer, certamente não o fará em público e muito menos respondendo a um questionário. Estas características tornaram-se óbvias na gestão das cooperativas, tema desenvolvido na 2ª parte deste trabalho. Martínez Alier estudou a região de Córdoba, onde realizou um importante trabalho de campo em 1964-65, recolhendo testemunhos orais. No seu livro *La estabilidad del latifundismo...*, verifica-se que esta província de Espanha possui características sociais muito semelhantes às do Alentejo e o autor expõe as dificuldades pelas quais passou para realizar as suas entrevistas, que chegaram a durar 5 horas⁵⁰, devido precisamente à mentalidade da população em causa.

Devido à forte barreira de comunicação habitualmente encontrada nos meios rurais, considereei muito mais razoável o tipo de entrevista não dirigida, fundamentada teoricamente nos clássicos Paul Thompson⁵¹ e Georges Granai⁵², e mais parecida com uma conversa informal do que com um inquérito policial. Não cheguei ao extremo de utilizar a observação

⁴⁶ J. Leite de Vasconcelos – *op. cit.*, vol. I, p. 32. O autor escreve isto num capítulo intitulado “Fontes da investigação etnográfica”, cujo 1º ponto é “Observação directa da terra e do povo, e do viver d’este”.

⁴⁷ Agrupamentos de trabalhadores a realizar a mesma tarefa, geralmente num rancho, José da Silva Picão – *op. cit.*, p. 225.

⁴⁸ Borges Pires e Magda Zanoni também reconheceram “O comportamento reservado dos alentejanos, que os faz parecer, à primeira vista, distantes e pouco cooperantes em relação a estranhos à comunidade”, *op. cit.*, p. 169.

⁴⁹ *Ibidem*, pp. 198-200, 222. “Por mais pobre que seja, a casa rural, no Alentejo, tem sempre as paredes bem caiadas e está, por sistema, cuidadosamente limpa”, Maria Lamas – *As Mulheres do Meu País*, Caminho, Lisboa, 2002, fac-símile da edição em fascículos publicada entre 1948 e 1950 por Actúalis, Lisboa, p. 230.

⁵⁰ Juan Martínez Alier – *La estabilidad del latifundismo. Análisis de la interdependencia entre relaciones de producción y conciencia social en la agricultura latifundista de la Campiña de Córdoba*, Ediciones Ruedo ibérico, Madrid, 1968, pp. 4-5.

⁵¹ Paul Thompson – *The Voice of the Past. Oral History*, Oxford University Press, Oxford, 1978.

⁵² Georges Granai – “Técnicas do Inquérito Sociológico”, in Georges Gurvitch (dir.) – *Tratado de Sociologia*, ed. portuguesa dirigida por Alberto Ferreira, Iniciativas Editoriais, Porto, 1964, pp. 193-215.

participativa sugerida por Giddens para o trabalho de campo⁵³, como o fizeram José Manuel Sobral⁵⁴, Miguel Vale de Almeida⁵⁵ e Francisco Martins Ramos⁵⁶. Antes segui a técnica do apuramento de Histórias de Vida, cada vez mais usadas na Antropologia e na Sociologia em consequência da crescente importância atribuída à utilidade da memória oral e dos documentos pessoais na investigação em Ciências Sociais. Este tipo de recolha inspirou-se no trabalho pioneiro de Hamilton Holt, o editor do jornal *Independent* que em 1906 reuniu num livro os relatos que a sua equipa de jornalistas recolheu por todos os Estados Unidos da América. O seu objectivo era deixar os homens comuns falarem⁵⁷, o que resultou num livro de grande interesse humano e com uma enorme importância histórica e sociológica. Naturalmente, tive a tentação de copiar o estilo, expondo as *life stories* dos meus *undistinguished* alentejanos *as told by themselves* de forma integral e exaustiva, o que se tornava impossível devido aos limites de espaço deste trabalho. Não esquecendo nunca de “deixar falar” os meus entrevistados, limito-me a citar as passagens mais significativas relativas aos diversos temas abordados, ficando o projecto das biografias para outra ocasião.

Nos últimos anos teorizaram-se duas novas metodologias: a etnobiografia e as histórias de vidas cruzadas. Segundo Jean Poirier *et al.*, o interesse nesta recolha reside no facto de os sujeitos entrevistados serem “os depositários de valores históricos de uma cultura que se pode chamar ‘tradicional’, muito diferente da cultura ‘racional’ que lhe sucedeu”. E acrescenta: “É o aspecto de realidade intimista e de confiança que faz o valor actual destes documentos, em contraste com a despersonalização dos estudos estatísticos”⁵⁸. Franco Ferraroti, na sua obra *La Historia y lo Cotidiano*, destaca como uma das características essenciais da História Oral o facto de constituir precisamente a ponte de intersecção ou a consciente mediatização entre a História histórica e a vivência do quotidiano. Mais ainda: “es concebible un uso de la historia oral como historia alternativa a la historia oficial”. Este autor

⁵³ Antony Giddens – *Sociology*, Polity Press, Cambridge, 1989, p. 668.

⁵⁴ José Manuel Sobral – *Trajectos: o Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 1999.

⁵⁵ Miguel Vale de Almeida – *op. cit.*

⁵⁶ Francisco Martins Ramos – *Os Proprietários da Sombra. Vila Velha Revisitada*, Universidade Aberta, Lisboa, 1997.

⁵⁷ “His team of journalists looked for ‘average’ and representative people in order to get answers to such questions as, where do you come from? if you were not born here, then why, when, and how did you come to America? are you better off or worse than you were in the past? what is your job? how much money do you make? what house do you live in? how do you spend your day? what are your pastime activities? and, are you happy? The answers are touching and fascinating, and they go far beyond the sociological information they also provide...”, Werner Sollors – “Introduction”, Hamilton Holt – *The life stories of undistinguished Americans as told by themselves* (1906), expanded edition, Routledge, New York & London, 2000, p. viii.

⁵⁸ Jean Poirier, Simone Clapier-Valladon; Paul Raybaut – *Histórias de Vida. Teoria e Prática*, trad. de João Quintela, Celta, Oeiras, 1995, pp. 4, 84.

defende ainda que a história oral pode não ser exclusivamente retrospectiva: também pode ser “un específico medio de autoescucha de la cotidianidad, un modo privilegiado de crítica y desmistificación de la macrohistoria, además de momento integrativo esencial de ella...”⁵⁹.

Infelizmente, entre os historiadores portugueses este tipo de abordagem está por desenvolver, sendo por alguns ainda considerada depreciativamente como “jornalismo”. Continua a ser sobretudo na área da Antropologia que se desenvolvem os trabalhos mais interessantes, como é o caso do de Paula Godinho ou da tese de Inês Fonseca⁶⁰, que salienta o facto de estas entrevistas possibilitarem uma “aproximação à realidade vivida” para “analisar a memória construída e relatada”⁶¹. A componente da “construção da memória” é fundamental para não perder a objectividade ao analisar os resultados, sobretudo no que diz respeito à linguagem e aos temas que são salientados em detrimento de outros.

Especificamente sobre o tema da Reforma Agrária, também Afonso de Barros fez um levantamento de relatos de vida na sua tese sobre Albernoa, localidade onde realizou entrevistas que focaram principalmente a história pessoal, a situação anterior às ocupações, as ocupações de terras, organização e funcionamento das cooperativas; posição face aos pequenos agricultores...⁶². Como levantamento das características de um grupo, este trabalho é valioso. Peca, no entanto, pela exclusividade que concedeu aos trabalhadores rurais, como se estes tivessem sido os únicos intervenientes do processo. Já António Barreto não esqueceu os proprietários expropriados, os pequenos proprietários não ocupados, os seareiros e outros agricultores envolvidos⁶³, preocupação também revelada por Catarino *et al*⁶⁴.

Lidar com diversos grupos sociais implica abordagens diferentes, que conduzem a resultados naturalmente divergentes das conclusões obtidas nos trabalhos atrás citados. Por esse motivo realizei dois planos tipo (ver Anexo 1) para os diferentes grupos que estudei, e

⁵⁹ Franco Ferraroti – *La Historia y lo Cotidiano*, Ediciones Península, Barcelona, 1991, pp. 19-22.

⁶⁰ Maria Inês Fonseca – *O dia em que deixaram de ‘comer de boca fechada’*. *Memórias de um conflito social – formas de resistência em meio rural*, tese de Mestrado em Antropologia na FCSH, Universidade Nova de Lisboa, texto policopiado, Lisboa, 1997. De facto, se na História os trabalhos sobre os conflitos sociais nos campos parecem um pouco *fora de moda*, assim como “os movimentos sociais hoje parecem enfraquecidos”, na Antropologia, por outro lado, “a investigação em torno deles ganha fôlego, como o demonstram os inúmeros trabalhos sobre a matéria que vêm surgindo”, como salienta Paula Godinho, citando François Chazel, em *Memórias da Resistência Rural no Sul. Couço (1958-1962)*, Celta Editora, Oeiras, 2001, p. 30.

⁶¹ Dulce Freire, Inês Fonseca, Paula Godinho – “O Dilema do Estado Novo: ‘A Criação duma Verdadeira Política Rural, o ou aumento da GNR de Forma a Poder Substituí-la’”, *Arquivos de Memória*, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, Edições Colibri, nº 3, 1997, p. 36.

⁶² Afonso de Barros – *Do Latifundismo à Reforma Agrária: o caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia pela Universidade Técnica de Lisboa, ISCTE, Lisboa, 1986, p. 11.

⁶³ António Barreto – *Memória da Reforma Agrária*, in António Barreto (dir.) – *op. cit.*, 1º vol.

⁶⁴ Acácio Catarino *et. all.* – *op. cit.*

em cujos extremos se situam nos trabalhadores rurais e nos proprietários das terras. No total realizei 63 entrevistas, divididas em 50 locais e 13 a nível nacional. O critério de selecção obedeceu a uma tentativa de amostragem do ecletismo da população local, incidindo na sua participação (de uma forma activa, passiva ou apenas como observador directo) no movimento da Reforma Agrária, mais precisamente nas ocupações de terras. Foram entrevistados 24 lavradores / proprietários, dos quais 17 foram ocupados; 17 trabalhadores rurais, homens e mulheres, incluindo trabalhadores das cooperativas 1º de Maio (Avis) e Unidade (Ervedal); 2 carpinteiros, um que trabalha em Avis, outro que emigrou; o presidente da câmara (durante 20 anos), alguns pequenos proprietários, comerciantes, e funcionários; um alugador de máquinas e pequeno rendeiro. Também alguns membros das instituições locais, como o Grémio da Lavoura, a Cooperativa Agrícola de Avis e a Misericórdia; e um representante da fábrica de concentrado de tomate. Quanto às entrevistas “a nível nacional”, estas constituem outro tipo de depoimentos: os de alguns dos principais intervenientes e protagonistas do processo político na época estudada, como o General Vasco Gonçalves, o Brigadeiro Pezarat Correia, os Profs. Doutores António Barreto, Pedro Hespanha e Rosado Fernandes, o Eng. José Manuel Casqueiro e outros, cujos planos foram elaborados caso a caso. Acrescenta-se que quase todos tinham mais de 60 anos à data da entrevista⁶⁵. Alguns estavam na casa dos 30 no período das ocupações, incluindo os líderes locais do processo que também assumiram a presidência da câmara, José Luís Correia da Silva e António Raimundo Bartolomeu. Consta-se que o seu nível etário era bastante baixo: também os ministros da agricultura deste período, Fernando Oliveira Baptista e António Barreto, tinham pouco mais de 30 anos quando assumiram a pasta (Lopes Cardoso era um pouco mais velho, tinha 42 anos em 1975).

No Alentejo em geral, e particularmente em Avis, vários factores contribuíram ainda para aumentar as dificuldades:

- Entre os trabalhadores existe um certo receio de falar sobre actos que se realizavam na clandestinidade antes de 1974, como se o perigo da prisão ainda fosse real, ou o entrevistador tivesse intenções ocultas que pudessem prejudicar o entrevistado. Este receio parece ter ficado marcado para sempre no grupo em questão⁶⁶. Por outro lado, em alguns proprietários, além do desagrado em expor a

⁶⁵ Seria interessante, numa segunda fase, entrevistar os filhos dos participantes no processo da reforma agrária, o grupo com menos de 30 anos que observa o processo com a distância de quem tem informações apenas de forma indirecta.

⁶⁶ Paula Godinho também salienta este aspecto na sua recolha da memória oral no Couço: “Os acontecimentos que pretendíamos que fossem lembrados haviam sido, durante muitos anos, de recordação interdita, remetidos para o perímetro doméstico ou para recintos de confiança grupal.” Era claramente uma “memória perigosa”, *op. cit.*, p. 7.

sua privacidade, nota-se a preocupação com alguma remota possibilidade de que a ocupação das terras se repita.

- Apesar da Reforma Agrária, da substituição das elites, da democratização institucional e política, a clivagem social esta ainda muito presente na mentalidade local. As barreiras entre os grupos ainda estão presentes de forma visível, os *ricos* continuam a ser os *ricos*, os *pobres* continuam a considerar-se *pobres*. Mesmo que estas designações já não tenham nem remotamente o significado que tinham 30 anos atrás, quando Cutileiro as usou. Alguns trabalhadores analfabetos já têm netos licenciados, mas um senhor doutor ainda é algo muito distante. Esta dificuldade colocou-se na minha aproximação a este grupo, assim como se manifestou no contacto com o grupo dos grandes proprietários: numa sociedade que já não é bipolarizada, mas que ainda age como tal, eu não estava integrada em qualquer dos polos. Logo, era vista com desconfiança pelos dois. Além da falta de integração social da entrevistadora, outro ponto de contacto entre todos os entrevistados foi o da privacidade e este problema teve de ser abordado com bastante cuidado e respeito.
- Para somar às dificuldades, o facto de ser mulher: se ajudou sem dúvida no contacto com o elemento feminino, abrindo-me portas intransponíveis para um homem, complicou um bocado, sobretudo na parte inicial das entrevistas com os elementos do sexo masculino, pouco acostumados a estabelecer qualquer tipo de conversação com o sexo oposto, ainda por cima uma senhora doutora, animal estranho para os seus hábitos, mesmo num consultório médico... Por cortesia, não deixaram de me conceder as entrevistas. Porém, notava-se sempre um ar condescendente de início: quem é esta? o que quererá de mim? Martínez Alier salientou o facto de que a sua mulher o ajudou nas entrevistas aos elementos do sexo feminino⁶⁷. Vale de Almeida, por outro lado, acentuou o facto de o meu título académico ser identificado com o universo masculino⁶⁸.

Face a este panorama, o método utilizado foi o da aproximação cautelosa aos entrevistados por via de apresentação por parte de terceiras pessoas. Estabelecido o contacto telefónico ou pessoal, concedida a autorização para a visita em local previamente estabelecido (na maioria dos casos em casa das pessoas, noutros casos nas quintas), lá chegava então o momento crítico. O questionário não era mostrado e as perguntas surgiam na sequência de uma conversa informal. No caso dos trabalhadores, a apreensão inicial era visível, o medo ou apenas a desconfiança em relação ao gravador e à lista de perguntas estava ligado à referida herança do regime político anterior. Quanto aos proprietários, naturalmente não havia este receio, mas sim um certo pudor; em geral até tomavam uma atitude muito descontraída,

⁶⁷ Martínez Alier – *op. cit.*, p. 6.

⁶⁸ “The field experience in Alentejo reported by some female colleagues indicates that it is easier for women anthropologists to gain access to the masculine world. This is of course related to gender stereotypes that associate gender and the division of labour, thus masculinising scientific work. One should, therefore, be very careful about reaching conclusions on this topic: class may be a more relevant variable than gender...”, Miguel Vale de Almeida – *op. cit.*, p. 31.

apesar de haver certos temas e afirmações nos quais pediam especificamente para não serem citados ou mesmo para que eu desligasse o gravador⁶⁹.

Depois de desviar a atenção dos elementos perturbadores (gravador, etc.), a entrevista começava pelos antecedentes e relações familiares, infância, condições de vida, educação, habitação, vestuário. Entre os trabalhadores, quase todos tinham um pai ou avô *moiral* (maioral de gado, tanto de pastorícia, como de trabalho), que recebia *comedias* (ou *comedorias* – parte do salário em géneros)... Ao fim da primeira hora muitos se revelaram grandes contadores de histórias, entusiasmados por terem uma audiência e capazes de falar abertamente sobre emoções e sentimentos⁷⁰. Surgia então o período da angústia e constrangimento, também descrito por Giddens, ao entrar em contacto com as descrições da miséria e do isolamento do mundo exterior que se sente numa comunidade rural⁷¹. Alguns entrevistados derramaram lágrimas ao descreverem as dificuldades por que passaram, tanto na infância, como na vida adulta, principalmente por problemas de saúde e de pobreza, e pelo sofrimento das suas mulheres e filhos⁷². Um alugador de máquinas emocionou-se ao descrever o homem que o ajudou a comprar os primeiros tractores, a quem ele chama um segundo pai. Tudo isto sem qualquer tipo de vergonha, pelo contrário: estas descrições eram apresentadas com orgulho e dignidade, quase como num “ritual catártico”⁷³, durante o qual o sofrimento era apresentado como uma forma de valorização pessoal. Aliás, o factor da saúde, a descrição das enfermidades, principalmente por parte das mulheres, ocupou grande parte das entrevistas do grupo dos trabalhadores.

A presença feminina no mundo da medicina é algo bastante recente. Até meados do século XX poucas mulheres saíam da intimidade do seu lar para expor a sua doença em lugares públicos, como os hospitais. O estudo dos livros de doentes do Hospital da

⁶⁹ Como escreveu David Lowenthal, “Private memories also feel like private property”, e este grupo é muito cioso das suas propriedades..., ver *The past is a foreign country*, Cambridge University Press, Cambridge, 1985, p. 195.

⁷⁰ “a narração de uma vida não emerge por serem feitas as perguntas certas, mas porque se criou uma relação com o entrevistado que predispõe à troca, à partilha, à confiança...”, Paula Godinho – *op. cit.*, p. 20.

⁷¹ Antony Giddens – *op. cit.*, p. 668.

⁷² Também António Modesto Navarro comenta que alguns dos seus entrevistados choraram ao contarem os problemas de saúde que tiveram por falta de dinheiro, *op. cit.*

⁷³ Paula Godinho aponta esta característica nalgumas das suas entrevistas, durante as quais “As lágrimas acompanhavam muitos dos relatos”, *op. cit.*, p. 7. Também “The moralized telling of local social history to an outsider such as myself seemed almost therapeutic for many of the families I spoke with”, Michael Alvin Baum Jr. – *Political culture and the consequences of revolutionary change: workplace democracy and local politics in rural Portugal*, Dissertação de Doutoramento, University of Connecticut, exemplar policopiado, 1997, p. 240.

Misericórdia de Avis, com registos entre 1847 e 1956⁷⁴, foi muito revelador desta realidade ainda muito pouco estudada. Ao mergulhar no universo da pobreza, das doenças, da morte, tanto nesta fonte como nos Registos Paroquiais, foi-me possível abordar problemas graves desta sociedade rural, como a indigência ou o aborto.

Nas entrevistas a fonte está à nossa frente, tem cara, corpo, fala... E também é curiosa: alguns entrevistados queriam saber mais sobre a entrevistadora; tentavam oferecer-me chá e bolinhos, conversar um pouco despreocupadamente. Finalmente, quando eu desligava o gravador, então era difícil terminar e sair. Era a altura das revelações mais custosas, aquilo que tinha sido omitido com o gravador ligado. Em alguns casos foi também a altura de me revelarem, um pouco embaraçados, que também tinham lido o meu livro sobre as elites de Avis, ou que tinham pedido a alguma sobrinha que lho lesse, o que foi naturalmente muito gratificante. Outros agradeceram-me pelo facto de os ter ajudado a lembrar momentos tão importantes das suas vidas e quase ficavam ofendidos por eu, de repente, querer interromper-lhes o fluxo das recordações.

Com tanta diversidade de testemunhos, e após o longo processo da transcrição das gravações, verifiquei a dificuldade do enquadramento destes indivíduos em grupos. De facto, cada entrevista parecia suficientemente rica para uma tese, cada uma constituiu uma história, um sofrimento muito particular. Por este motivo, se alguma vez eu tivesse tido a intenção de estabelecer o perfil sociológico do grupo dos ocupantes de terras ou dos proprietários ocupados no concelho de Avis, talvez até generalizar para o distrito ou para a região do Alto Alentejo, logo percebi a impossibilidade de tal ideia. Com a análise desta fonte consegui apurar que se os ocupantes de terras formaram um grupo pouco homogéneo, com objectivos muito diferentes para a acção comum que empreenderam, também percebi que o grupo dos proprietários já não revelava algumas das semelhanças que eu tinha descrito na tese anterior. E foram talvez essas diferenças que contribuíram para algumas das características mais marcantes da Reforma Agrária no concelho de Avis.

⁷⁴ *Livros de Admissão de Doentes ao Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Avis*, analisados por Maria Antónia Pires de Almeida – “Percurso de Pobreza em Meio Rural: As Mulheres no Hospital da Misericórdia de Avis”, *IV Congresso de Sociologia*, Associação Portuguesa de Sociologia, Coimbra, 17-19 Abril, 2000.

1ª Parte:

Antes de 1974.